

Yeda define hoje pacote emergencial

Entre as medidas que poderão ser encaminhadas à Assembleia está a manutenção de alíquotas do ICMS

Os projetos que irão integrar o pacote com medidas emergenciais, a serem encaminhados à Assembleia Legislativa amanhã, para enfrentar a crise financeira do Estado, ficarão definidos hoje pela governadora eleita Yeda Crusius.

A possibilidade de manutenção do aumento das alíquotas do ICMS em 28% para combustíveis, telecomunicações e energia elétrica até 2009 está sendo vista pelos técnicos da equipe de transição como principal saída para manter em caixa R\$ 650 milhões por ano. O imposto sobre esses produtos e serviços voltaria a 25% a partir do dia 31, representando redução na receita. A perspectiva de que a alíquota básica do tributo suba de 17% para 18% perdeu força. Além disso, Yeda deverá estabelecer teto de pagamento dos salários. A medida ocorreria por meio de escalonamento dos vencimentos dos que ganham acima de deter-

minada faixa. Segundo estudos da equipe de transição, poderão ser atingidos os servidores com ganhos mensais entre R\$ 2 mil a R\$ 3 mil. Além dos ajustes na folha de pagamento, a partir de 1º de janeiro somente 80% do total de cargos em comissão ficarão preenchidos. Os vencimentos dos funcionários que ocuparão funções desse tipo se limitarão a 80% do valor original. Outra medida será o corte de 20% nos orçamentos de todas as secretarias, fundações e órgãos do Estado. Com isso, Yeda buscará equilibrar as contas e cumprir a meta, prometida durante a campanha de zerar o déficit financeiro em dois anos.

As medidas que deverão constar no pacote têm gerado polêmica entre os partidos aliados e setores empresariais, pois Yeda defendeu durante a disputa que seria possível resolver os problemas de caixa administrando melhor os recursos e sem

a elevação de impostos. A manutenção das alíquotas de ICMS precisará ser aprovada por meio de projeto na Assembleia Legislativa até o dia 31, possibilitando que passem a vigorar em 2007. O mesmo valeria para a hipótese agora remota do aumento do percentual de 17% para 18%.

Também estão sendo cogitados pelos coordenadores da equipe de transição, formada por Carlos Crusius e pelos futuros secretários da Fazenda, Aod Cunha de Moraes Júnior; de Governo, Fernando Schüller; e da Infra-Estrutura e Logística, Daniel Andrade, o não-pagamento de parcelas da dívida com a União e o não-cumprimento dos repasses aos demais poderes. No ano que vem, o Judiciário deverá receber R\$ 1,4 bilhão; o Ministério Público, R\$ 510,6 milhões; a Defensoria Pública, R\$ 69 milhões; o Tribunal de Contas, R\$ 227,6 milhões; e o Legislativo, R\$ 310,7 milhões.

Para Feijó, será erro estratégico

O vice-governador eleito Paulo Afonso Feijó, do PFL, afirmou ontem, em entrevista à Rádio Guaíba 720, que a adoção de medidas como a manutenção das alíquotas do ICMS ou a elevação de impostos representará erro estratégico do futuro governo. Segundo Feijó, a iniciativa acabará resultando na diminuição da competitividade das empresas gaúchas e no aumento do desemprego e da carga tributária sobre os cidadãos. "Essas ações simplistas e equivocadas somente podem ter partido de técnicos que nunca foram empreendedores e sequer geraram um emprego na vida inteira", criticou o vice-governador eleito.

Feijó avaliou ainda que a fórmula de "meter a mão no bolso da sociedade" não representa solução. Caso

contrário, de acordo com ele, outros governos que recorrem a essas medidas teriam resolvido os problemas de caixa do Rio Grande do Sul.

Segundo Feijó, a saída para enfrentar o déficit passa pela redução dos custos da máquina administrativa e, ao mesmo tempo, pela promoção de alterações estruturais necessárias que nenhum governador teve coragem de fazer. "Já avisei que, se ocorrer a manutenção ou o aumento de impostos, trabalharei para que as propostas sejam rejeitadas", ressaltou. Além da oposição ao aumento de tributos, o pefelista disse que ficou preocupado também com a intenção estudada pela equipe econômica do futuro governo de limitar ainda mais o retorno dos créditos de exportação às empresas.

Aliados estão indecisos quanto às propostas

A falta de informações sobre o conteúdo do pacote que acabará encaminhado à Assembleia Legislativa aumentou a indefinição nos partidos aliados que, de hoje a quinta-feira, terão reuniões para discutir o assunto. A maioria dos parlamentares reclama da pouca transparência em relação aos pontos que serão propostos para o enfrentamento do déficit financeiro do Rio Grande.

A bancada estadual do PP se reúne no final da manhã de hoje. A situação mais delicada é a do deputado Jerônimo Goergen, com histórica posição contrária ao aumento de impostos. Após manifestações rejeitando a elevação de alíquotas, a governadora eleita Yeda Crusius sinalizou a interlocutores na sexta-feira que precisa chegar a entendimento sobre o tema. O parlamentar ressaltou que não pode haver precipitação e que é preciso examinar com cautela o teor das propostas que acabaram adotadas: "Não posso falar em defender princípios históricos, se ainda não sei o alcance das medidas".

O presidente estadual do PP, deputado federal Francisco Turra, afirmou que, por ter sido aliado de Yeda durante todo o 2º turno, o partido deve contribuir para a

solução da crise. "Diante da situação caótica do Estado, não esperamos distribuição de benesses. Precisamos enfrentar sacrifícios e adversidades", argumentou.

A inexistência de interlocução política mais definida com os aliados ficou evidente nos últimos dias, quando parlamentares e dirigentes não escondiam o desconforto com o indicativo do aumento de impostos. "Eu, como presidente do PDT, não tenho detalhes nem certeza de nada em relação ao pacote que será apresentado", afirmou Matheus Schmidt, ontem. O dirigente pedetista disse aguardar contato da equipe de Yeda para discutir as propostas com a bancada na Assembleia.

O deputado Alceu Moreira, do PMDB, afirmou que o partido deve agir com responsabilidade em relação aos projetos. Segundo ele, por estar no governo com Germano Rigotto, o PMDB conhece a gravidade da situação do Estado e não irá se impressionar com os números que serão apresentados pela equipe de Yeda. "Esperamos que o pacote contemple conjunto de medidas que garantam que os sacrifícios feitos agora sirvam para a redução do déficit em dois anos", salientou o parlamentar.

PPS e PFL discutem posição

O presidente estadual do PPS, deputado Berfran Rosado, marcou reunião ampliada do diretório para quinta-feira. A convocação, publicada ontem no site do partido, prevê "debates sobre questões políticas atuais". Na prática, o PPS irá discutir seu posicionamento na votação do pacote que deve chegar hoje à Assembleia Legislativa, prevendo a manutenção do aumento de alíquotas do ICMS e elevando o imposto.

O tema se tornou ainda mais delicado depois que Berfran, anunciando como titular da Secretaria de Planejamento e Gestão, recusou, em carta, o convite para atuar no futuro governo, sob a justificativa de ser historicamente contrário à elevação da carga tributária. Depois da manifestação de Berfran, a executiva do

PPS divulgou nota considerando a negativa do deputado como decisão pessoal e reiterando a disposição em participar do governo. O documento foi retirado do site e substituído pela convocação, assinada por Berfran. Dirigentes do partido tentam buscar posição de consenso entre o caminho da oposição e o da defesa incondicional à futura administração.

O PFL também deverá se reunir entre hoje e quinta-feira para tratar do pacote e da participação no governo Yeda Crusius. Porém, o presidente estadual do partido, deputado federal Onyx Lorenzoni, ressaltou a impossibilidade de os deputados estaduais do PFL votarem por aumento de impostos, sob pena de processo ético e mesmo de expulsão, conforme orientação nacional.

O que a candidata dizia sobre impostos

No decorrer da campanha e dias após a vitória no 2º turno, a governadora eleita Yeda Crusius comentou a questão tributária e as dificuldades do caixa do Tesouro do Estado. Em diversas oportunidades, valorizou e se comprometeu com as sugestões do Pacto pelo Rio Grande. Entre as propostas incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias está a não-elevação de tributos. A seguir, algumas frases de Yeda:

17 de julho — "O próximo governador não poderá desperdiçar o esforço do Legislativo. Ao revelar a gravidade da situação financeira do Estado, até agora mantida em segredo, a Assembleia promoveu duro, porém, importante choque cultural" (em referência ao Pacto pelo Rio Grande).

18 de outubro — "Quero reduzir impostos, mas não de imediato. Se fizer isso, com o caixa combalido como está, será impossível pagar as despesas do dia" (em debate com Olívio Dutra, do PT, na Federasul).

29 de outubro — "Não há nenhuma possibilidade. A prorrogação do aumento do ICMS está totalmente descartada. Outras medidas serão tomadas para o enfrentamento da crise" (no dia da vitória na eleição).

10 de novembro — "Quando o aumento das alíquotas do ICMS perder a validade, em 31 de dezembro, as despesas serão 120% das receitas. Precisamos buscar esses 20%" (em visita ao Tribunal de Contas do Estado).

20 novembro — "Somos signatários do Pacto pelo Rio Grande, que é conjunto amplo de ações" (em entrevista coletiva).

ACM acha suspeito prejuízo de empresa

O senador Antônio Carlos Magalhães, do PFL, disse ontem que "um contador ligado ao valerioduto deve ter sido o responsável pelo balanço de 2005 da Gamecorp", que registrou prejuízo de R\$ 3,4 milhões. A empresa tem entre os sócios Fábio Luis Lula da Silva, filho do presidente da República. O mau resultado financeiro da Gamecorp ocorreu no mesmo ano em que a Telemar virou acionista da companhia, comprando 35% de participação por R\$ 2,5 milhões. ACM tem sido severo crítico da transação. Em discursos no Senado, costuma levantar suspeitas sobre a operação e afirmou que o balanço reforça essas suposições: "É inacreditável o prejuízo. Pelos grandes projetos, deveria ter lucro".

Com filiação, PMDB terá 20 senadores

Com a filiação de Leomar Quintanilha, de Tocantins, na semana passada, o PMDB passará a ter 20 senadores na próxima legislatura, consolidando a vantagem de ser a maior bancada no Senado. A adesão de Quintanilha, que saiu do PC do B, garante mais um voto ao atual presidente da Casa, Renan Calheiros, que busca a permanência no comando. Com a desfiliação, a representação do PC do B se resumirá ao senador eleito Inácio Arruda, do Ceará. Na composição das bancadas para o próximo ano, o PFL ficará na segunda posição, com 17 senadores. O PSDB terá 13; PT, 11; PTB, quatro; PDT, quatro; PSB, três; PR, três; PPS, um; PC do B, um; PP, um; PSol, um; PRB, um; e PRTB, um.

Agripino disputará contra Calheiros

O líder do PFL, José Agripino Maia, anunciou disposição de enfrentar Renan Calheiros na disputa pela presidência do Senado. O PFL tem a segunda maior bancada, com 17 integrantes. Para tentar impedir o favoritismo do atual presidente, Agripino tem



procurado conquistar o apoio das menores bancadas. A partir do próximo ano, 14 partidos terão representação. A mudança do senador Leomar Quintanilha para o PMDB atrapalha os planos de Agripino. O PFL pretendia conquistar os dois votos que o PC do B tinha no Senado, pois apoiará a reeleição de Aldo Rebelo na Câmara.

PT vai transferir a sede para Brasília

Mais de um ano após ter começado a discutir a transferência de sua sede para Brasília, o PT deu início aos procedimentos. Na semana passada, o partido encaminhou a todos as secretarias regionais pedido para que determinem quais de suas atividades e funcionários deverão ir para a nova estrutura, que começará a funcionar no primeiro trimestre do ano que vem. O espaço ficará instalado no mesmo prédio que abrigou o comitê à reeleição do presidente Lula. Porém, a atual estrutura do partido em São Paulo vai ser mantida. Segundo o secretário Valter Pomar, em princípio, o PT passará a funcionar com duas sedes nacionais.

Popularidade: Lula conquista o 2º lugar

O presidente Lula é o segundo político mundial mais popular, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Novartis/Harris Interactive e apurou o prestígio dos líderes mundiais a pedido do canal de notícias France 24. Das 1.998 pessoas ouvidas na Espanha, 47% têm boa ou muito boa impressão do presidente. Na França, 41% dos 2.140 entrevistados avaliam bem ou muito bem a gestão de Lula. Nos dois países, o brasileiro só perde para a primeira-ministra alemã Angela Merkel. Porém, a maior rejeição de Lula também está na Espanha: 33% dos entrevistados disseram não gostar do governo.

Troca de partidos bate recorde

A atual legislatura da Câmara dos Deputados, que teve início em 2003 e terminará no dia 1º de fevereiro de 2007, bateu recorde no número de troca de partidos. Segundo levantamento da Secretaria-Geral da Câmara, nestes quatro anos, 195 dos 513 deputados alteraram suas filiações, representando 38% do total. Esses parlamentares promoveram 345 mudanças. De 1999 a 2003, durante a legislatura anterior, 174 deputados fizeram 281 trocas.

Em 2003, houve 151 migrações, envolvendo 117 parlamentares. Em 2005, foram 156 mudanças feitas por 94 políticos. Há casos de deputados que realizaram até cinco alterações nesta legislatura. Alguns permaneceram apenas um ou dois dias em determinado partido. A fidelida-

de partidária, instrumento legal que pune essas trocas com a perda do mandato, está prevista na Lei dos Partidos Políticos e consta como prioridade na reforma política.

Nesse troca-troca, 47 parlamentares do PSDB e do PFL passaram para partidos governistas. Somente em 2003, primeiro ano da atual legislatura, 34 deles transitaram da oposição para a situação. De acordo com o levantamento, é grande a quantidade de alterações partidárias nos dias que antecedem a posse. Garantida a eleição, muitos parlamentares trocam de partido antes mesmo de iniciarem os mandatos. Foi o que aconteceu com 44 deputados reeleitos e novatos em janeiro de 2003. Outros seis parlamentares trocaram de partido no dia da posse.